

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

PROGRAMA ELEITORAL | GONDOMAR | AUTÁRQUICAS 2021

Em 2021 estamos a 10 anos do ponto de não retorno climático. É assim fundamental consciencializar e alterar hábitos. Desta forma, na nossa opinião Gondomar deveria assumir um papel ativo e pioneiro dessa mesma mudança. Com base nestes pressupostos iremos propor uma série de medidas e objetivos, que ao longo dos próximos quatro anos pretendemos ver concretizados, no sentido de aproximar o nosso concelho às cidades europeias de referência.

Energia.....	2
Mobilidade.....	3
Causa animal e ambiental.....	3
Setor social	9
Cultura.....	13
Educação.....	15
Agricultura.....	17
Economia e comércio.....	20

As nossas sugestões são transversais a várias áreas

Energia

Em relação a políticas energéticas, o PAN Gondomar defende uma série de medidas que irão contribuir de forma positiva quer na eficiência energética, quer no desenvolvimento económico do concelho.

O PAN propõe:

Incentivar a microprodução e armazenamento de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, promovendo a autonomia energética;

Criação de um balcão de informação municipal sobre soluções específicas de apoio a estas medidas;

Criar um observatório que disponibilize dados relativos ao consumo de energia de água e de emissões de gases com efeito de estufa;

Substituir a iluminação pública tradicional por soluções mais eficientes, de preferência com aproveitamento das energias alternativas;

Criar incentivos para que privados instalem unidades de produção de energias renováveis.

Mobilidade

Como parte não dissociável das questões ambientais e energéticas, encontra-se a questão da mobilidade. Assim, o PAN propõe:

Eliminar as barreiras arquitetónicas que persistem nas cidades, facilitando a inclusão e o acesso a uma cidadania ativa;

Incentivar novas formas de organização do trabalho, nomeadamente o teletrabalho, garantindo a existência de condições e infraestruturas de comunicação, nomeadamente uma maior cobertura da rede de fibra ótica;

Maior investimento na linha de metro de superfície, expandindo a mesma a mais locais do concelho;

Criar condições para uma maior aposta por parte das operadoras em veículos elétricos, em suma, maior investimento nos transportes públicos do concelho, dotando as freguesias de mais mobilidade e promovendo uma maior proximidade entre estas;

Aumentar e regular o número de ciclovias.

Causa animal e ambiental

Sendo a causa animal e a *preservação dos ecossistemas* uma das bandeiras do PAN Gondomar, propomos:

- Preservação dos ecossistemas

Publicação, até ao final do primeiro semestre de 2022, de um atlas de risco das alterações climáticas a nível municipal, que evidencie riscos climáticos como, por exemplo, risco de cheias, mapa de risco de incêndios, previsão de disponibilização de água potável, risco de fenómenos meteorológicos extremos, entre outros;

Com base nesse mesmo atlas, elaboração até ao final do primeiro semestre de 2023 de um plano de adaptação municipal às alterações climáticas;

Elaborar um plano de ação local para a biodiversidade considerando a estratégia da União Europeia para a biodiversidade para 2030;

Elaborar um plano estratégico específico para a preservação dos polinizadores;

Promover a realização de projetos de conservação e de restauro dos ecossistemas que envolva a comunidade académica;

Identificar e sinalizar os locais mais críticos de sinistralidade da vida animal e da fauna autóctone;

Analisar as áreas fragmentadas espalhadas pela cidade criando manchas verdes entre edifícios e estradas;

Envolver o setor privado, a população e a comunidade científica na elaboração de novas propostas;

Incluir nos planos de arborização espécies de frutos comestíveis;

Assegurar que a gestão e manutenção do arvoredado urbano seja feita por profissionais especializados no âmbito de um regulamento municipal de proteção do arvoredado;

Reforço da participação autárquica no Parque das Serras do Porto;

Elaborar plano de ação para eliminação, a curto prazo, das espécies invasoras, promovendo o aumento das espécies endémicas;

Desenvolver uma comissão e um plano intermunicipais de gestão e preservação dos recursos hídricos.

Declaração conjunta da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de emergência climática;

Compromisso do município em tornar-se um município neutro em emissões de carbono até 2030;

Adesão do município à rede de "Cidades protetoras da Terra".

- Bem-estar animal

Criação de um serviço veterinário público;

Criar um parque de matilhas, para as várias já identificadas nas serras do concelho;

Criação de um pelouro denominado " Proteção, saúde e bem-estar animal";

Criar um plano municipal de proteção, saúde e bem-estar animal;

Criar a figura da provedora/ provedor municipal dos animais, a qual deve atuar com autonomia e independência;

Criar um santuário para os designados “animais de quinta”;

Garantir a contratação de médicos veterinários em número adequado às necessidades do concelho;

Promover um plano municipal de educação para o bem-estar animal em colaboração com a comunidade escolar;

Garantir que os regulamentos municipais permitem a detenção de animais de companhia em habitação municipal;

Relativamente a animais de companhia, a autarquia deve assegurar o cumprimento da lei vigente, promover a criação de um centro de

atendimento permanente no CROA e dotar o mesmo de recursos humanos que possuam a devida qualificação técnica e aptidão para as funções;

Criar programas de apoio em articulação com as associações zoófilas que contemplem a adaptação de espaços onde os animais se encontrem às condições de bem-estar animal;

Estabelecer uma rede de famílias de acolhimento temporário (FAT's) em colaboração com as juntas de freguesia;

Inclusão dos animais de companhia nos planos municipais de prevenção e combate à violência doméstica;

Dar resposta à problemática do aumento do número de animais errantes através de programas de CED;

Criar parques caninos em diferentes freguesias do concelho, integrados em espaços de lazer;

- Gestão de resíduos

A recolha de resíduos urbanos implica uma atuação ativa dos cidadãos sobre a sua produção e correto encaminhamento dos resíduos. O foco passa, presentemente, por um modelo de economia circular, abandonando-se o atual modelo linear, de forma a mantermos o valor de produtos e materiais

durante o maior período de tempo possível no ciclo económico, o que permite diminuir a produção de resíduos. Por outro lado, é essencial incentivar a reutilização dos produtos e equipamentos, ao invés de continuarmos focados no seu destino final que será, inevitavelmente, ou um aterro sanitário ou uma incineradora, que vão emitir, por sua vez, mais gases com efeito de estufa.

Para o efeito propomos as seguintes medidas:

O desenvolvimento de estudos e implementação de projetos piloto de sistema PAYT (Pay-as-you-throw) na recolha de resíduos urbanos, antecipando a meta estabelecida, bem como antecipar a adoção da separação da tarifa de resíduos do consumo da água;

Elaborar e implementar um plano de ação que identifique as origens do desperdício alimentar no município e soluções para a sua eliminação e aproveitamento;

Promover campanhas nas escolas, empresas e junto dos munícipes para a promoção e sensibilização para a reciclagem, mostrando os efeitos nefastos da sua não execução;

Investimento na recolha seletiva porta-a-porta de materiais e bio resíduos/orgânicos;

Garantir a oferta de compostores aos munícipes, formação para o efeito e instalação de compostores comunitários;

Criar, em articulação com as escolas profissionais do concelho e com as empresas ligadas ao tratamento de resíduos elétricos e eletrónicos, um centro de reparação de produtos que possibilite a renovação de produtos que serão, posteriormente, cedidos gratuitamente às associações e instituições de solidariedade locais;

Setor social

Elencamos de seguida as medidas para o setor social, divididas por sub-escalões:

- Instituições de cariz social

No que à área social diz respeito, propomos a criação de uma plataforma online de apoio às IPSS's e associações do concelho, com o objetivo de permitir um maior intercambio de equipamentos, pessoas e conhecimento. Esta plataforma poderia estar ao cuidado do gabinete de Ação Social da Câmara e facilitaria assim o dia a dia das instituições do concelho.

- Infância e adolescência

Ações de sensibilização e capacitação, destinadas a famílias e comunidades escolares, que permitam a identificação precoce de sinais ou sintomas de necessidades de saúde, sociais ou psicopedagógicas;

Promover sessões de esclarecimento jurídico, de direitos e deveres da parentalidade, junto das famílias;

Garantir a cobertura territorial de creches publicas de qualidade;

Garantir que infantários existentes cumprem as normas de qualidade para o início de uma formação de qualidade das novas gerações, e fomentar a integração de espaços naturais em cada um destes;

Criar e divulgar a consulta do adolescente a realizar nos diversos centros de saúde do concelho, permitindo aos jovens ter uma atuação individualizada e adaptada às alterações sofridas por estes durante esta fase;

Apoiar e acompanhar de uma forma ativa os vários lares de infância e juventude (LIJ) do concelho.

- Deficiência física, sensorial e cognitiva

Garantir a existência de um gabinete municipal exclusivamente dedicado a esta temática e á inclusão de pessoas com deficiência na comunidade (habitação, emprego e participação comunitária);

Garantir respostas de tradução e interpretação em Língua Gestual assim como documentos em braile em todos os serviços públicos, em especial nos de saúde.

- Terceira Idade

Identificação de pessoas isoladas e promoção da criação de redes comunitárias de proximidade;

Rastrear e reduzir locais de risco arquitetónico (quedas) para pessoas com mobilidade reduzida;

Mapear as diferentes respostas (lares, centros de dia, terapêuticos, etc) e disponibilizar essa informação aos cidadãos idosos e seus familiares;

Desenvolver projetos de residências autónomas partilhadas;

Garantir o funcionamento adequado, seguro e de qualidade das instituições destinadas ao apoio à terceira idade;

Disponibilizar um canal municipal de comunicação claro e direto para cuidadores informais, onde possam ser colocadas dúvidas e ser esclarecidos os seus direitos;

Assegurar que sejam concedidos os apoios e toda a logística necessária à ação do cuidador.

- Habitação

Sendo a habitação um direito universal, o PAN acredita que o Estado e as autarquias devem ter um papel primordial na criação de condições para que este possa ser assegurado. Assim, propomos uma série de medidas adequadas ao nosso concelho:

Apoio à reabilitação e valorização de imóveis da autarquia, em conjunto com os moradores dos mesmos;

Reuniões periódicas com os diversos tipos de proprietários do concelho (pequenos e macro proprietários, fundos imobiliários, alojamentos locais, etc), uma vez que queremos que estes façam parte da solução para o problema do arrendamento;

Criar bolsas de fogos habitacionais de longa duração, com valores de arrendamento adequados á realidade económica das famílias portuguesas;

Otimização da construção de novas habitações em parâmetros como a orientação da construção, impacto no local, reutilização de resíduos de construção e a utilização de materiais locais;

Implementação do conceito *passive house* (edifícios passivos, cujo design permite um consumo reduzido de energia);

Criar um gabinete municipal de apoio técnico à instalação de equipamentos que permitam melhorar a eficiência energética e apoiando os proprietários na elaboração de candidaturas a programas em vigor;

Aprovar um Guia de Boas Práticas Ambientais para o desenho habitacional urbano;

Garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais;

Criar uma verba alocada ao orçamento municipal, destinada ao arrendamento jovem;

Criar bolsas específicas de habitação para pessoas vítimas de violência doméstica, discriminação e pessoas em especial situação de vulnerabilidade;

Implementar um programa intergeracional de co-habitação entre idosos que vivam sozinhos e jovens estudantes deslocados dos seus locais de origem;

Cultura

Para o setor cultural e para as imensas associações que atuam no concelho, o PAN Gondomar propõe o reforço das verbas do orçamento

municipal para este setor. A juntar a este ponto primordial propomos as seguintes medidas:

Dinamizar ofertas criativas com vista à captação de públicos;

Facilitar o acesso a uma educação cultural tendo em vista a estimulação do gosto pela apreciação estética e da reflexão crítica;

Envolver as diferentes escolas no processo de formação e ativação de públicos e espectadores;

Fixar agentes culturais locais, com vista a existir uma maior proximidade e compreensão entre público e criadores artísticos;

Criar programas, em parceria com o setor da saúde, nos quais a cultura e as artes sejam facilitadores de abordagens positivas no que à saúde mental diz respeito;

Criar um fundo autárquico para a compra de obras de criativos, incluindo estrangeiros, a viver no estrangeiro há mais de dois anos;

Criar o “Certificado de Honra do Criativo Local” atestando as suas competências curriculares ao nível das artes e cultura local.

Educação

Para nós é necessário rever e transformar as políticas educativas, uma vez que as vigentes obrigam as escolas a fixarem-se nas aprendizagens formais e no acumular de conteúdos, não sendo a nosso ver inclusiva e equitativa.

No PAN pretendemos um modelo educativo onde a aprendizagem e o desenvolvimento comungam através da integração de todas as atividades letivas e não letivas, integrada em modelos escolares democráticos e onde a formação profissional continua é valorizada.

Nesta abordagem de escola integrada na comunidade, defendemos também modelos de educação através da relação e contacto com a natureza e os animais.

No setor da educação assumimos como compromisso:

Articular com o Ministério da Educação a disponibilização complementar de recursos e apoios técnicos especializados, tais como psicólogos, terapeutas, animadores etc.;

Implementar e criar apoios para a figura da Ama, como complemento às creches e infantários,

Integrar projetos de ligação entre as escolas, famílias e comunidade, valorizando a realidade sociocultural local;

Garantir equipamentos de creche e educação pré-escolar de qualidade;

Estabelecer protocolos mediados pela autarquia de ligação à indústria e associações empresariais, promovendo o conhecimento de realidades e competências profissionais diversificadas;

Investir em oferta formativa nas áreas de economia verde, economia circular, energias renováveis e outras áreas fundamentais à sustentabilidade;

Assegurar o transporte escolar para as atividades de desporto escolar e outros projetos que envolvam a saída dos alunos com periodicidade;

Melhorar os acessos pedonais às escolas com delimitação de rotas e percursos sinalizados;

Garantir o transporte público para todos os que integram as comunidades escolares;

Investir no regresso das cantinas escolares integradas, capazes de oferecer uma alimentação nutricionalmente adequada;

Proceder à identificação de todos os fatores de risco para a saúde pública e proceder à sua rápida remoção ou resolução;

Promover junto das escolas, a realização de mais visitas de estudo, e criar as condições para que tal aconteça;

Estabelecer como objetivo a realização de pelo menos uma consulta de nutrição individual por ano letivo para todos os alunos;

Priorizar a aquisição de alimentos, preferencialmente biológicos, aos produtores locais;

Assegurar a formação em alimentação de base vegetal nutricionalmente equilibrada nas cantinas;

Promover projetos que visem a formação básica em linguagem gestual para docentes e comunidade educativa em geral.

Agricultura

Sendo Gondomar um concelho vasto e com uma elevada densidade de terrenos agrícolas, parece-nos bastante relevante apresentar propostas adequadas à visão de progresso e sustentabilidade que fazem parte da ideologia PAN.

Na nossa visão o município deve centrar-se em projetos que promovam a soberania alimentar, através da promoção e desenvolvimento da produção nacional, local, de proximidade, do tipo biológico, com baixa intensidade na utilização de produtos químicos e baixa intensidade na utilização da água. A aposta neste tipo de agricultura defende, não só, os pequenos produtores e o ambiente como também é fundamental numa estratégia de adaptação às alterações climáticas, tendo em conta a progressiva escassez de água com que o país se vai defrontar, sobretudo o município de Gondomar. Sendo assim propomos o seguinte:

Apoiar culturas com baixa utilização de recursos hídricos;

Incentivar práticas agrícolas que reduzam a utilização de produtos químicos.

Apoiar projetos e iniciativas de produção agrícola local, nomeadamente os de agricultura biológica;

Tornar públicas as análises da qualidade dos efluentes liberados pelas ETAR, nomeadamente os resultados das análises que são periodicamente enviados à APA;

Prestar informação semestral à Assembleia Municipal relativa às ações levadas a cabo ao nível das ribeiras, dar nota do estado das massas de água, identificando as agressões e das ações desenvolvidas.

Promover uma rede de hortas urbanas;

Criar um portal específico para as pessoas usufrutuárias das hortas urbanas da cidade, promovendo uma rede de troca de conhecimentos e até de sementes e outros produtos e materiais, promovendo paralelamente encontros entre os usufrutuários/os de hortas;

Elaborar campanhas de sensibilização junto das escolas que relacionem os graves problemas ambientais que vivemos e a necessidade de garantirmos a nossa soberania alimentar;

Assegurar que os eventos institucionais da Autarquia que contemplem serviço de catering contêm produtos de produtores locais, através da consagração dessa exigência no caderno de encargos;

Promover, através da criação de mecanismos de escoamento, ou de pequenos mercados junto às áreas das hortas, uma maior sustentabilidade alimentar da cidade/vila e o consumo de produtos sazonais;

Aumentar a fiscalização e criar um canal para reportar denúncias as possíveis descargas poluentes de efluentes provenientes de explorações pecuárias;

Garantir a não-isenção de taxas municipais para as atividades pecuárias intensivas;

Estimular os produtores horto-frutícolas, mediante apoios adicionais, para que implementem práticas agrícolas éticas e sustentáveis, que respeitem os princípios da agricultura biológica.

Economia e comércio

Não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta. É por isso que defendemos que todas as propostas económicas têm de ter como pano de fundo uma garantia de sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, critérios de justiça social, intergeracional e de transparência, que fomentem o uso eficiente de recursos.

Dever-se-á implementar políticas públicas de defesa do comércio local, não apenas enquanto polo gerador de emprego, mas também como fator de socialização e de dinamização do espaço municipal, agora, com todo o impacto negativo causado pela pandemia ao nível do comércio e serviços, resulta de forma ainda mais evidente essa necessidade.

Acreditamos que as Autarquias Locais cumprem um papel decisivo na proteção do pequeno comércio, razão pela qual perspetivamos as seguintes propostas em defesa do mesmo:

Isentar de taxas, nomeadamente as devidas para efeitos de afixação, inscrição, instalação e difusão de mensagens de publicidade e de ocupação do espaço público, durante o primeiro ano, as micro e pequenas empresas que se instalarem no concelho e, simultaneamente, fazer uma revisão em baixa dos valores devidos às empresas já implantadas no concelho;

Adotar uma política de restrição mínima dos períodos de funcionamento dos estabelecimentos, desde que acautelado o cumprimento da legislação do ruído;

Potencializar o espaço público, nomeadamente através dos mercados municipais enquanto espaços privilegiados de comércio local, mas também de convívio e de socialização intergeracional. Ao longo dos anos, estes espaços foram perdendo clientes devido às grandes superfícies, motivo pelo qual o PAN defende a urgência da sua revitalização, introduzindo novas funções (restaurantes, por exemplo, como já tem sido feito noutras cidades) mas sobretudo recuperando estes espaços para distribuir e consumir produtos locais e regionais, de preferência sazonais e biológicos, promovendo a

produção e a economia locais, diminuindo ao mesmo tempo a pegada ecológica;

Reservar, na app de georreferenciação dedicada ao roteiro turístico a criar, um espaço de identificação e localização do comércio local do concelho, segmentado por sectores de atividade, cuja adesão será gratuita aquando da contratação do fornecimento de água;

Criar formações de marketing digital para os comerciantes de forma a potencializar a sua actividade;

Promover junto dos empregadores o conceito de horários intercalados. Essa flexibilidade de horários permitirá uma maior qualidade de vida, maior produtividade e redução de trânsito em horas de ponta;